

Os efeitos de poder produzidos pelo projeto escola sem partido na docência

RESUMO

Este texto se propõe a investigar os efeitos de poder produzidos pelos regimes de saber-poder (FOUCAULT, 2010) sobre corpo, gênero e sexualidade na educação, instituídos por discursos conservadores, como o do Projeto Escola Sem Partido, sobre a docência. Fundamentada nas teorizações pós-estruturalistas, foucaultianas e estudos de gênero, suspeito que tais efeitos estejam forjando subjetividades docentes que se produzem como sujeitadas e as que se constituem como resistências (FOUCAULT, 1988) às investidas do poder. Essa nova configuração da docência tem produzido também práticas docentes governadas por um pânico moral (COHEN, 1972) que se instala na educação brasileira como uma espécie de reação as conquistas dos movimentos sociais LGBTI e feministas. Interroga ainda sobre possíveis estratégias de produção da docência como cuidado de si (FOUCAULT, 1985; 1995) e prática de liberdade contribuindo para se (re)pensar as práticas para uma vida não fascista no cotidiano das escolas.

PALAVRAS-CHAVE: “Ideologia de gênero”. Docência. Pânico moral. Resistência.

Dayana Brunetto Carlin dos Santos

E-mail: dayanabrunetto@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná,
Curitiba, Paraná, Brasil

Karina Veiga Mottin

E-mail: karimottin@gmail.com
Universidade Federal do Paraná,
Curitiba, Paraná, Brasil

INTRODUÇÃO

Está muito difícil trabalhar qualquer coisa fora do conteúdo na escola. O terrorismo e as ameaças de filmagens e processos judiciais me fizeram pisar no freio... Infelizmente tive que engolir todos os meus ideais. Acredito que a educação deva transformar a sociedade. Mas para isso temos que ter liberdade e autonomia para atuar e estamos amordaçados. (Camila – Professora de Sociologia da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, Curitiba, 2019)¹

Esta reflexão se propõe a investigar uma questão do presente, isto é, os efeitos de poder (FOUCAULT, 2010) produzidos pelos discursos conservadores, principalmente o veiculado pelo Movimento Escola Sem Partido – MESP, na docência da Educação Básica.

A partir da narrativa da professora Camila é possível perceber que o investimento feito por este movimento social organizado conservador contribuiu com as condições de possibilidades históricas (FOUCAULT, 2017)² para se tornar possível na contemporaneidade e para que, mesmo antes de ser aprovado e implementado, e ainda que tenha sido arquivado recentemente³, tal projeto tenha produzido efeitos de poder e verdade (FOUCAULT, 2010) na docência. Esta narrativa compõe um conjunto de narrativas comuns de professoras/es⁴ da Educação Básica que demonstram esse processo da produção de uma preocupação com os possíveis desdobramentos de se abordar questões que relacionam os conteúdos escolares com as dimensões sociais, políticas, econômicas e éticas do mundo, do Brasil e do Paraná. Suspeito que isso venha produzindo efeitos de poder na prática docente das/os professoras/es a ponto de alterar radicalmente a abordagem didática que essas/es profissionais realizam em sala de aula.

O MESP que passou a se organizar a partir de 2003, foi fundado em 2004 (MIGUEL, 2016, p. 595) por Miguel Nagib e se define como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”.⁵ Este movimento investiu inicialmente contra o que denominara de “doutrinação político ideológica”, que segundo seus idealizadores seria feita pelas/os professoras/es das escolas e universidades brasileiras em todos os níveis de ensino. Para os defensores dessa posição: “[p]or trás da ação aparentemente espontânea dos ‘despertadores de consciência crítica’, existe uma bem elaborada e difundida doutrina da doutrinação.” (Grifos dos autores)⁶ Assim, o MESP promoveu o combate explícito a discussão sobre classe social em sala de aula, resumida, nesta perspectiva, a teorização de Karl Marx e a um possível ensinamento do “comunismo” nas escolas, ao qual eles deram o nome de “doutrinação marxista cultural”. Por outro lado, essa “doutrinação ideológica” também estava relacionada as questões de uma moral religiosa. Nesse sentido, de acordo com Mauro Donato (2016, s/p; grifos do autor)⁷:

Miguel Nagib é o pai da criatura. Em 2003, sua filha chegou da escola dizendo que o professor de história havia equiparado Che Guevara a São Francisco de Assis. Foi o bastante para que ele se mobilizasse. Nagib é advogado, procurador do Estado de São Paulo e estava indignado com a “doutrinação política e ideológica dos alunos por parte dos professores”, com a “usurpação dos direitos dos pais na educação moral e religiosa de seus filhos”, e seja lá o que ele quis dizer com isso, no ano seguinte nascia o Escola Sem Partido.

Como os investimentos e ataques a uma suposta “doutrinação ideológica do marxismo cultural” não surtiram o efeito desejado pelos mentores do MESP eles deslocaram os esforços em direção a uma moral religiosa/sexual. Com isso, o projeto ganha notoriedade a partir de 2010, quando se alia a cruzada de grupos religiosos conservadores contra as discussões de gênero na escola. O alvo da proibição está voltado para as abordagens que discutem as questões de gênero a partir de um questionamento radical da naturalização das diferenças biológicas entre mulheres e homens e do determinismo biológico das experiências, corpos e práticas afetivo-sexuais nas escolas. Este campo epistemológico se sustenta pelas teorizações dos Estudos de gênero e sexualidades, e tem um papel importante na denúncia das violências de gênero. Tais produções epistemológicas, apelidadas ficcionalmente de “ideologia de gênero”⁸ por setores das igrejas cristãs, de acordo com o MESP, promovem a confusão na cabeça das crianças, o ataque a família tradicional brasileira e ferem o direito de estudantes em aprender os conteúdos que “realmente importam”. Ferem ainda o direito dos pais de que as crianças e adolescentes tenham a educação moral – agora moral sexual – em consonância com os valores da sua família. (MOTTIN, 2019)

Apenas a partir do momento em que gênero passou a ser uma questão importante para o MESP é que o movimento adquiriu destaque nacional e internacional. Para Luiz Felipe Miguel (2016, p. 595) “o MESP permaneceu na obscuridade até o início da década de 2010, quando passou a ser uma voz frequente nos debates sobre educação no Brasil. Seu programa foi abraçado por todos os grupos da direita brasileira.” Ainda no que se refere a essa visibilidade do MESP, o autor afirma que: “[o] crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada ‘ideologia de gênero’”. (MIGUEL, 2016, p. 595).

A partir da explícita e intencional confusão dos termos ideologia, marxismo e gênero, o MESP se apresenta pretensamente como uma alternativa salvacionista a imposição da esquerda brasileira num viés “comunista, feminista e de apologia as práticas não heterocissexuais e aos sujeitos LGBTI⁹” sobre as crianças e as “famílias tradicionais brasileiras”. O conceito de heterocisnormatividade refere-se às normas de gênero e sexualidade vigentes no Ocidente, pelas quais o instituído como norma é o corpo não trans e as práticas sexuais heterossexuais, isto é, o corpo fabricado em uma relação de coerência entre sexo-gênero que atende ao imperativo heterossexual como única forma de se experienciar a sexualidade. (BUTLER, 2008; RUBIN, 1993) O conceito funciona como uma junção entre heteronormatividade LANZ, 2014, p. 311) e cisnormatividade (LANZ, 2014, p. 296; BAGAGLI, 2016, p. 89).

Assim, tomaram forma termos como “marxistas culturais”, no que se refere à suposta “doutrinação marxista” das/os estudantes, e “doutrinadoras de gênero” ou “ideólogas de gênero” para definir as professoras¹⁰. Tais professoras e professores conduziram as crianças ao entendimento de que existem classes sociais, preconceitos e discriminações que decorrem dessa organização no Brasil. E, ainda, que não existe um gênero quando se nasce, ou seja, o gênero é produzido e não determinado pela genitália; que é possível não ter nenhum gênero, bem como que a relação entre pessoas do mesmo sexo/gênero são normais, possíveis e não reprováveis. O projeto passa a atuar nessas duas frentes: tentar proibir tanto a produção de uma juventude “de esquerda” quanto de “homossexuais”, por meio

do que denominaram de ditadura gayzista¹¹. Como se isso se desse de uma forma tão simplista e direta como o MESP sugere.

A partir disso e do encorajamento para que estudantes filmem e exponham suas/seus professoras/es praticando a suposta “doutrinação” em sala de aula¹², o que contribuiu também para os efeitos de poder sob a docência e seus desdobramentos, pretendo investigar como a partir do MESP as subjetividades docentes estão se constituindo em meio a produção desses regimes de saber-poder-verdade (FOUCAULT, 2010) na contemporaneidade.

Suspeito que tais efeitos de poder têm contribuído para a constituição de uma subjetividade docente amedrontada e fragilizada, que duvida da própria formação e competência para desempenhar a função docente comprometida com as questões do mundo. Esses efeitos de poder do MESP na educação são heterogêneos. Existem também as constituições das experiências docentes que, diante desse contexto, se produzem como resistência. (FOUCAULT, 1988) Tais experiências também se constituirão como objetos de análise desta reflexão. Além disso, um outro elemento a ser considerado constitui-se na relação entre esses acontecimentos e a retirada da discussão sobre as violências contra mulheres e LGBTI das escolas.

O MESP E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE DOCENTE CONTEMPORÂNEA

“Não admito que meu filho tenha acesso a ideologia de gênero. Se eu souber que na escola dele a professora falou sobre isso com ele, eu processo mesmo! Vai confundir a cabeça da criança com essa doutrinação, essa pouca vergonha, aberração. Isso não é de deus professora! Você viu aqueles demônios que mataram o menino Rhuan? Então, **é o primeiro caso de assassinato por ideologia de gênero!** Elas mataram, aqueles demônios, aquelas lésbicas, mataram o menino porque queriam que ele fosse menina! Essas coisas, essas lésbicas não são de deus. Até deceparam o pinto do menininho anos antes, coitado! Por isso que temos que lutar para que o Escola Sem Partido passe: pra acabar com essa pouca vergonha nas escolas! Com essa produção de LGBTIQ sei lá o que mais!” (Solange, estudante de Ensino Médio – EJA, Curitiba, 2019; grifo meu)¹³

“**Depois dos doze anos, meus filhos poderão ser o que quiserem.** Antes disso, ninguém vai dizer o que eles podem ser. Nada de escola e professor ficar falando que pode ser viado ou trans ou qualquer coisa dessas antes dos doze anos. Nada de fazer a cabeça das crianças!” (Carlos, estudante de Ensino Fundamental – EJA, Curitiba, 2019; grifo meu)

Estas narrativas de estudantes de escola pública estadual, se somam a outros enunciados (FOUCAULT, 2017) que articulam duas questões: por um lado a defesa de uma escola que está, “a priori”, proibida de mencionar a pluralidade de corpos e de formas de se experienciar a sexualidade, ou de praticar a denominada “doutrinação”, especialmente com as crianças até doze anos.¹⁴ De outro lado, a narrativa de Solange atrela diretamente um brutal assassinato de uma criança de 9 anos à orientação sexual das assassinas: a mãe do menino e sua namorada. A

narrativa generaliza a situação como se todas as subjetividades lésbicas fossem assassinas. Articula também a ameaça de que se a escola insistir em tratar desse assunto, haverá consequências jurídicas. A estudante aciona o MESP como uma alternativa salvacionista ao que ela acredita ser o problema das escolas e da sociedade - a discussão sobre gênero e sexualidades na escola - produzindo uma narrativa comum à dos adeptos do MESP.

A análise dessas narrativas possibilita perceber que o elo que liga o MESP com a suposta doutrinação pela “ideologia de gênero” produz enunciados que ecoam pelas instituições, por meio de um dispositivo colocado em funcionamento pelos segmentos conservadores da sociedade brasileira contemporânea.

A produção da narrativa que institui o factóide “ideologia de gênero”, por sua vez, é datada e tem uma história. A primeira vez em que aparece o termo ideologia vinculado ao conceito de gênero é em 1998, na conferência episcopal do Peru, numa nota intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*. O documento é dividido em onze tópicos e possui dezesseis páginas. Defende a existência de uma natureza humana dada cuja origem é uma lei natural e imutável, que foi criada por deus e atestada cientificamente pela biologia. Portanto, este documento procura demonstrar, por meio de uma denúncia a sociedade, como os “defensores de uma ideologia de gênero” intentam e colocam em ação um plano diabólico mais amplo de destruição da família, da educação, da cultura e, principalmente, da religião. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998) (CÉSAR; DUARTE, 2017)

Nesse contexto, com a produção discursiva instala-se um pânico moral na sociedade brasileira que produz diversos desdobramentos sobre a docência transformando as práticas pedagógicas. Stanley Cohen criou o conceito de pânico morais para pensar como as sociedades reagem a quebras de padrões normativos estabelecidos, por meio da mídia, da opinião pública e de agentes de controle social. Para o autor, pânico moral se refere a:

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (COHEN, 1972, p. 9).

O que se coloca em jogo é como tais narrativas produzem um regime de verdade (FOUCAULT, 2010) sobre corpos, gênero e desejos ligado aos perigos que isso representa para a sociedade brasileira e de que forma tal regime têm constituído a prática docente. Tais regimes de verdade se constituíram, por meio de uma especificidade e, são propagados através de saberes produzidos, em meio

a relações de poder. Esta articulação entre saberes e funcionamentos do poder instituiu verdades a respeito de corpo, gênero, sexualidade e educação que fabricaram um sujeito discursivo, isto é, a docente “ideóloga de gênero”¹⁵.

Todo esse corpus empírico de pesquisa produz um mapa estático com caminhos fixos para a constituição da subjetividade docente que procura ditar o que uma professora pode ou não abordar e, com quem, na escola. Essa produção discursiva também produz as subjetividades das supostas “ideólogas de gênero”¹⁶, em geral feministas, materializadas nos corpos e práticas docentes das professoras, como “inimigas” (da família, das tradições, da infância e adolescência e da religião, isto é, de deus) a serem combatidas.

O campo de investigação, entretanto, fornece um desenho diferente deste mapa estático. Isto é, um mapa cartográfico, que se produz em movimento, fluído e repleto de encontros e (des)encontros entre objeto de pesquisa e pesquisadora. (GUIDOTTI, 2007) Este mapa cartográfico apresenta elementos para uma análise das estratégias de resistência (FOUCAULT, 1988) traçadas a partir dos escapes. Esta análise não se pretende prescritiva ou sugestiva de respostas universais ou salvacionistas a problemas gerais. Mas, se movimenta pelas incertezas e contingências do presente, para analisar e compreender o funcionamento das relações de poder, que instituem o regime de verdade sobre corpo-gênero-desejo e sobre o que o MESP vem denominando de “doutrinação de gênero” nas escolas, produzido na contemporaneidade. Para Foucault:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2010, p. 12-13; grifos do autor).

Assim, pela perspectiva da experimentação de si é possível provocar e deslocar o pensamento no sentido de se analisar as potencialidades da experiência ética e estética da existência narrada. (FOUCAULT, 1985) A vida desta análise está em propiciar esta reflexão e invenção de si diante da possibilidade de vislumbrar outras visibilidades e outras dizibilidades. (ALBUQUERQUE JÚNIOR; VEIGA-NETO; FILHO, 2008, p. 10). Talvez a partir disto mudar o olhar e a forma de ver o mundo e a vida, tornando-a, o mais possível, a expressão de um projeto pessoal e político de obra de arte. (FOUCAULT, 1984, p. 2).

DESLOCAMENTO DO PENSAMENTO E EXPERIÊNCIA

As narrativas produzidas no MESP, as das professoras da Educação Básica e as de estudantes de EJA constituem-se num sistema de enunciação capaz de fornecer pistas sobre as formas como o MESP pode ser capaz de governar as condutas de docentes. (FOUCAULT, 2008). Até mesmo temas já consolidados pela legislação educacional, como a obrigatoriedade do ensino da história e cultura Afro-Brasileira

e Indígena instituídos pela Lei 11.645/08, também se constituem em alvos do MESP¹⁷. É importante refletirmos como ocorre o cruzamento entre essas temáticas e as questões relacionadas ao gênero nos ataques que tais movimentos conservadores direcionam à docência. Isto é, os ataques não são estanques ou estão desconectados.

A reconfiguração das investidas conservadoras direcionadas às questões de gênero na escola e à docência, ao tentarem se produzir como verdade produziram também um deslocamento do pensamento e das experiências em educação. O momento contemporâneo deste discurso e seus efeitos de poder sobre a docência são tomados aqui como parte de um conjunto de estratégias de saber-poder. (FOUCAULT, 2012; 2012a)

O conjunto de estratégias de saber-poder articuladas pelo MESP e reiteradas o tempo todo em diferentes espaços e tempos constitui-se em mais um dos desdobramentos do que Michel Foucault denominou de dispositivo da sexualidade. Em sua singular História da Sexualidade I – a vontade de saber (1988), Foucault demonstra como a sexualidade foi inventada a partir de um dispositivo de controle de corpos e práticas, isto é, o dispositivo da sexualidade. Este dispositivo produziu – e produz – corpos, práticas, prazeres, o próprio discurso, saberes, regulações, controles, resistências (FOUCAULT, 1988).

A partir do dispositivo da sexualidade é possível analisar como as narrativas vem se enredando para, em diversos campos de produção de saberes, se constituírem como um aparato discursivo que pretende produzir uma verdade sobre corpo, gênero, sexualidades e docência. Por meio de estratégias de poder-saber específicas, que articulam inclusive uma oportunista aliança entre as narrativas católicas e evangélicas neopentecostais de diversas denominações conservadoras e o MESP, produzem-se narrativas contra o ensino de uma suposta “ideologia de gênero” nas escolas. Tal dispositivo vem produzindo desde a década de 2000 no Brasil a mobilização de discursos que se materializam em efeitos de poder através da regulação das condutas que se manifestam nas práticas sociais. Esses discursos, no entanto, não estão restritos as instituições religiosas ou ao MESP, mas são tomados também por forças político-partidárias que compõem seu séquito de defensores.

Maria Rita de Assis César e André de Macedo Duarte (2017) demonstram como a partir de alguns avanços na produção de parcerias entre o governo federal e os movimentos sociais para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação em relação a mulheres e LGBTI algumas reações conservadoras vem se feito sentir cada vez mais em diferentes campos, dentre os quais a educação. Nessa disputa de poder houve algumas vitórias para movimentos sociais feministas e LGBTI e pesquisadoras e pesquisadores da área às quais se seguiram encorpados investimentos e esforços conservadores para retroceder. Karina Veiga Mottin (2019), ao analisar as narrativas da assembleia legislativa do Paraná sobre “ideologia de gênero” e o Plano Estadual de Educação, demonstra como esses esforços vieram se constituindo desde 2014, até culminarem com o golpe¹⁸ de 2016, com a retirada do mandato da presidenta Dilma Vana Rousseff. A partir disso, com a assunção do cargo de presidente da república por Michel Temer, os retrocessos entraram num movimento crescente.

A partir de 2019, com o recrudescimento conservador dos espaços governamentais no governo federal, a biopolítica da educação se reconfigurou e

intensificaram-se os controles. A biopolítica é uma forma de exercício do poder pela qual o Estado se interessa em gerir a vida das populações que se configura a partir do século XVIII com a invenção do Estado moderno. (FOUCAULT, 2008) Com as recentes transformações no funcionamento do poder, a biopolítica educacional então, passa a se interessar de forma particular pelas subjetividades das crianças e adolescentes que, produzidos como sujeitos discursivos carentes de proteção do Estado e da sociedade, fabricam no seu duplo constituinte a subjetividade a ser combatida, isto é, a da professora “ideóloga de gênero”.

O conceito de governamentalidade, de Michel Foucault, é fundamental para se pensar as tecnologias de governo dos corpos, das condutas e dos modos de vida. Para o autor, esse conceito tem que ver com a arte de governar. Desta forma, a análise da governamentalidade considera o estudo do “governo de si (ética), o governo dos outros (formas políticas de governamentalidade) e as relações entre estas duas dimensões. Isto é, entre o governo de si e o governo dos outros.” (FOUCAULT, 1994, p. 635)

No que se refere a questão deste estudo, isto é, como discursos e práticas proferidos em meio a uma biopolítica educacional tem contribuído para a produção da subjetividade docente na atualidade, as análises se redimensionam na medida em que o governo de si está sob constante ataque e tentativa de captura não só por discursos oficiais de instituições como o Ministério da Educação – MEC e as Secretarias de Educação, como também por discursos produzidos nos mais diferentes espaços e tempos. Essa profusão de discursos vindos também de subjetividades que mesmo que não tenham uma formação específica sobre a docência se consideram capazes de ditar o que pode ou não uma professora na docência, também compõem o corpus de análise. Desta forma, estudantes de Ensino Fundamental e Médio, donas de casa, pais, mães e responsáveis pelas crianças e adolescentes, ambulantes, padres e pastores, mídia televisiva e digital, redes sociais e figuras como Olavo de Carvalho¹⁹, por exemplo²⁰, têm tido um alcance capaz de construir um regime de verdade que dentre outras questões mais amplas coloca em xeque a subjetividade da professora e da docência, através de efeitos de poder. Nesse sentido, destaca-se como a linguagem, através da qual operam esses processos, constitui-se como uma tecnologia de poder.

Assim, em nome de deus, da proteção da nação, da família tradicional brasileira e de uma educação livre de uma suposta “ideologia de gênero”, novas técnicas de governo e controle se desenham. Nesse contexto, a subjetividade da professora acaba por se produzir nos limiares de uma insegurança em relação a própria capacidade intelectual e aos próprios princípios do que seria importante e necessário ensinar, debater e problematizar com as turmas de estudantes nos diferentes níveis de educação.

A escola, instituição biopolítica e de controle (FOUCAULT, 2007; BRUNETTO, 2010; 2017) diante dessa configuração distinta das tramas do poder também intensifica o controle tornando os espaços, antes reservados como únicos oásis de privacidade na instituição escolar, em espetáculos da vigilância e controle²¹. Isto pode ser observado em exemplos, como o de uma escola estadual do interior do Paraná na qual a direção instalou câmeras de vigilância nos banheiros feminino e masculino utilizados pelas/os estudantes. As tentativas de controle das condutas se disseminaram e, por meio delas, são produzidas narrativas sem nenhum interesse ou compromisso com uma reflexão teórico-epistemológica elaborada sobre a educação. Mas que, mesmo assim, pela repetição exaustiva por diferentes

meios e por procurarem articular o estatuto de saberes como o religioso, o supostamente científico e o midiático se propagam e produzem posições de sujeito hierarquicamente desiguais e fixas para corpos, experiências e práticas, constituindo o mapa estático da docência contemporânea. (FOUCAULT, 1988; 2007)

Entretanto, o exercício do poder e do controle de condutas produz também as resistências, subversões e escapes (FOUCAULT, 1988), como para a professora Bianca (professora de Geografia, Curitiba, 2019) que afirma:

“Apesar das ameaças, vou intensificar o trabalho com gênero, porque sei da importância disso para transformar o mundo”.

As experiências docentes que ousam resistir e potencializar as discussões sobre corpo, gênero e sexualidades na educação constituem-se em formas de experimentação e invenção de si. A articulação entre os conceitos “o cuidado de si” e as “tecnologias de si” (FOUCAULT, 1985; 1995) produz tais narrativas como um dispositivo pelo qual as participantes da pesquisa exercitam a escrita de si. (OLIVEIRA, 2007, p. 1). Esta perspectiva da experimentação de si pode provocar e deslocar o pensamento no sentido de se analisar as potencialidades da experiência ética e estética da existência narrada. Assim, fabricar a vida como obra de arte (FOUCAULT, 1984, p. 3) pode adquirir sentido nesse exercício do narrar-se, uma vez que nestas experiências, o sujeito passa a ocupar-se de si, por meio de um movimento que produz a desconstrução de acontecimentos e imagens, elaborando com isso invenções de si (FOUCAULT, 1995). Tais experiências produzem o mapa cartográfico sobre a docência contemporânea. Para Flávia Garcia Guidotti (2007), a cartografia prioriza o registro da intensidade da experiência, dos espaços e tempos entre as relações de poder e do encontro e (des)encontro entre pesquisadora e objeto de estudo.

Nesse sentido, elaborar análises sobre a construção epistemológica e histórica da invenção do sistema corpo-sexo-gênero parece ser fundamental para compreender de que formas são delimitados os campos de atuação da docência contemporânea. Com a intenção de fabricar uma crítica intensa a esse sistema, talvez se possa pensar, por meio das teorizações feministas e queer, o que significaria romper radicalmente com o pensamento que produz e faz funcionar o sistema corpo-sexo-gênero, fundado no binarismo e centrado na conjugação do binômio normal/anormal (RUBIN, 1993; FOUCAULT, 2001; 1988, p. 121-122; CÉSAR, 2004, p. 54).

O que está em jogo portanto, é trazer o corpo e as práticas docentes para o debate como elementos políticos, por meio dos quais é possível questionar o regime de verdade em produção no presente e questionar que a retirada dessas discussões da escola pode instituir um campo perigoso para as vítimas de violências. Num ensaio intitulado Um Manifesto de menos, sobre o dramaturgo, encenador e cineasta italiano Carmelo Bene, Deleuze afirma que a autoria está sujeita a dois tipos de exercício. Por um lado, “de um pensamento se faz uma doutrina, de uma maneira de viver se faz uma cultura, de um acontecimento se faz História. Pretende-se assim reconhecer e admirar, mas de fato normaliza-se” (DELEUZE, 2010, p. 37). Por outro lado, entretanto, é possível também pensar no sentido de se “extrair devires contra a História, vidas contra a cultura,

pensamentos contra a doutrina, graças ou desgraças contra o dogma.” (DELEUZE, 2010, p. 37)

Nesta perspectiva, pensar sobre essas questões da escola e sobre os processos de subjetivação da docência na contemporaneidade se constituiu como uma questão teórica e política importante na medida em que é a partir das experiências que nos tocam que produzimos as pesquisas, docências e encontros com a sociedade num duplo constituir-se, objeto de estudo e pesquisadora, e pelas quais se torna possível e potente movimentar-se em tempos de tantos retrocessos, transformando e escrevendo a história da educação como obra de arte. (FOUCAULT, 1984)

The effects of power produced by the project “escola sem partido” in teaching

ABSTRACT

This text propose to investigate the effects of power produced by the knowledge-power regimes (FOUCAULT, 2010) on body, gender and sexuality in education, instituted by conservative discourses, such as that of the “Escola Sem Partido” Project, on teaching. Based on post-structuralist, Foucaultian and gender studies, I suspect that these effects are forging teaching subjectivities that are produced as subjects and those that are constituted as resistances (FOUCAULT, 1988) to the onslaught of power. This new configuration of teaching has also produced teaching practices governed by a moral panic (COHEN, 1972) that is installed in Brazilian education as a kind of reaction to the achievements of LGBTI and feminist social movements. It also asks about possible teaching production strategies such as self-care (FOUCAULT, 1985; 1995) and freedom practice, contributing to (re) thinking the practices for a non-fascist life in the schools' daily life.

KEYWORDS: “Gender ideology”. Teaching. Moral panic. Resistance.

Los efectos del poder producidos por el proyecto “escola sem partido” en la enseñanza

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo investigar los efectos del poder producido por los regímenes de poder del conocimiento (FOUCAULT, 2010) sobre el cuerpo, el género y la sexualidad en la educación, instituidos por discursos conservadores, como el del proyecto “Escola Sem Partido”, sobre la enseñanza. Basado en estudios postestructuralistas, foucaultianos y de género, sospecho que estos efectos están forjando subjetividades de enseñanza que se producen como asignaturas y aquellas que se constituyen como resistencias (FOUCAULT, 1988) a la embestida del poder. Esta nueva configuración de la enseñanza también ha producido prácticas docentes regidas por un pánico moral (COHEN, 1972) que se instala en la educación brasileña como una especie de reacción a los logros de los movimientos sociales LGBTI y feministas. También indaga sobre posibles estrategias de producción docente como el autocuidado (FOUCAULT, 1985; 1995) y la práctica de la libertad, contribuyendo a (re) pensar las prácticas para una vida no fascista en la vida diaria de las escuelas.

PALABRAS CLAVE: “Ideología de género”. Enseñando. Pánico moral. Resistencia.

NOTAS

¹ Os nomes das/os professoras/es e estudantes entrevistadas/os foram substituídos para preservar o anonimato. As entrevistas foram realizadas em Curitiba, em 20/ago./2019.

² Utilizo o conceito de condições de possibilidades históricas a partir da crítica foucaultiana, que se apoia no acontecimento a priori histórico. Nessa perspectiva, pode-se dizer que “o adjetivo ‘histórico’ quer marcar as diferenças com respeito ao ‘a priori’ kantiano. O ‘a priori histórico’, efetivamente, não designa a condição de validade dos juízos, nem busca estabelecer o que torna legítima uma asserção, mas sim as condições históricas dos enunciados, suas condições de emergência, a lei de sua coexistência com os outros, sua forma específica de ser, os princípios segundo os quais se substituem, transformam-se e desaparecem” (CASTRO, 2009, p. 21). Para Foucault: “[a] priori não de verdades que nunca poderiam ser ditas nem realmente dadas na experiência, mas de uma história já dada, porque é a história das coisas efetivamente ditas” (FOUCAULT, 2017, p. 167).

³ Mais informações em:

<<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/projeto-do-escola-sem-partido-arquivado-em-comissao-da-camara-23297089>> Acesso em: 30/mai/2020.

⁴ Optei também por uma escrita feminista. Esta é uma escolha epistemológica e política. Utilizo a linguagem inclusiva de gênero para visibilizar as feminilidades nos espaços de produção de conhecimento, bem como, cito o prenome da autora na primeira vez em que aparece no texto. Tal opção se constitui numa estratégia de enfrentamento dos processos de apagamento das feminilidades dos espaços de produção de conhecimento ao longo da história, por normas ainda vigentes que invisibilizam os pertencimentos de gênero das autorias que, a priori, são tomadas como masculinas.

⁵ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos>> Acesso em: 02/jun./2020.

⁶ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/doutrina-da-doutrinacao>> Acesso em: 02/jun./2020.

⁷ Disponível em:

<<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/escola-sem-partido-quem-sao-os-gurus-e-os-fieis-da-seita-por-mauro-donato/>> Acesso em: 28/mai./2020.

⁸ O uso da palavra “ideologia” nessa expressão não é acidental. Rogério Junqueira (2017) aponta que a escolha do termo foi cuidadosamente pensada e mesmo testada, em seu potencial de propagação, pela cúpula da igreja católica desde a década de 1990. Em documentos conservadores, que definem a expressão, como o livro de (colocar o nome) Scala (2010, p. 29), “ideologia” tem o objetivo de ressaltar que a “teoria do gênero” teria como objetivo implantar uma nova forma de comportamento, descolada da realidade. Nota-se que a palavra tem o objetivo de deslegitimar o campo dos estudos de gênero.

⁹ Utilizo aqui o termo LGBTI, ainda que reconheça que na I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008 em Brasília – DF, a sigla representativa do movimento LGBT nacional foi alterada de GLBT para LGBT por meio de uma votação provocada pelo movimento de lésbicas feministas. O argumento principal utilizado para essa

alteração foi a dupla via de discriminação a qual lésbicas estão sujeitas por se constituírem como mulheres, caracterizada como produto do machismo e como lésbicas, como efeito da lesbofobia. (BRUNETTO, 2010) Para mais sobre isso, consultar: BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Anais da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais – GLBT. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>> Acesso em: 28/mai./2020. Utilizando a sigla LGBTI, busco reconhecer a recente organização política do movimento intersexual no Brasil, termo a que se refere ao “I” acrescentado à sigla. Letícia Lanz define intersexualidade como uma das identidades gênero-divergentes ou transgêneras. (LANZ, 2014, p. 309)

¹⁰ Utilizo aqui o termo “doutrinadoras” e “ideólogas de gênero”, no feminino plural, por serem destinados a definir as professoras, em geral as feministas. Uso diferente do termo “marxista cultural”, que se refere a professoras e professores.

¹¹ Para mais sobre isso, consultar: <<https://veja.abril.com.br/brasil/falta-coragem-para-enfrentar-a-ditadura-gay/>> Acesso em: 08/jun./2020.

¹² Para mais sobre isso, ler:

<<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/deputada-eleita-por-partido-de-bolsonaro-cria-polemica-ao-pedir-que-estudantes-denunciem-professores-23195716>> Acesso em: 28/mai./2020.

¹³ A narrativa de Solange não está sozinha. Para mais sobre isso, acessar:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/rhuan-a-primeira-morte-causada-pela-ideologia-de-genero-no-brasil/>> e também: <<https://manausalerta.com.br/menino-de-7-anos-e-espancado-ate-a-morte-pela-mae-e-namorada-apos-ter-recusado-se-vestir-como-menina-no-mexico/>> Acesso em: 29/mai./2020.

¹⁴ Essa definição de faixa etária leva em conta o referencial do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu artigo 2º, que inclusive foi citado pelo estudante na ocasião. Para mais sobre isso, consultar: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 29/mai./2020.

¹⁵ Não ignoro as múltiplas nuances possíveis de se analisar teoricamente esta questão dos efeitos de poder sobre a docência. No entanto, para esta análise fiz este recorte assumidamente interessado.

¹⁶ Para mais sobre isso, consultar o Boletim 71 da Metropolia Católica Ucraniana São João Batista, com sede em Curitiba. Disponível em: <<https://metropolia.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Boletim-No-71-Setembro-Outubro.pdf>> Acesso em: 28/mai./2020.

¹⁷ Os ataques são contra todos os movimentos sociais em geral, como sugerem depoimentos no blog do MESP: <<https://www.escolaspartido.org/blog/>> Acesso em 24/06/2020.

¹⁸ A palavra “golpe” foi amplamente utilizada por apoiadoras/es da presidenta Dilma Rousseff, setores da esquerda e diversos meios de comunicação nacionais e internacionais (alguns reconhecidamente liberais), que se referiam às frágeis bases jurídicas do impeachment. Para uma análise sobre este tema, ver:

<<http://www.justificando.com/2016/04/01/o-impeachment-a-globo-e-o-golpe-uma-analise-juridica-do-caso/>> Acesso em: 29/mai./2020.

¹⁹ Para mais sobre esta personagem, consultar: <https://www.ebiografia.com/olavo_de_carvalho/> Acesso em: 08/jun./2020.

²⁰ A crítica aqui se refere a capilaridade e eficiência de tais discursos na produção dos efeitos de poder. Os exemplos citados são aleatórios. Não ignoro a importância da educação não formal, por exemplo. Mas, não é disso que estou tratando aqui.

²¹ Uma escola pública estadual de Cambé, no interior do Paraná, instalou câmeras nos banheiros feminino e masculino da escola em 2019. Para mais sobre isso, consultar: <<https://ricmais.com.br/noticias/cameras-banheiros-colegio/>> Acesso em: 05/jun./2020.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; FILHO, Alípio de Souza. (Orgs.) **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos).

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença Trans no gênero para além da patologização. In: **Periódicus**. v. 1, n. 5, p. 87-100, mai./out. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BRUNETTO, Dayana. **Cartografias da Transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2010.

BRUNETTO, Dayana. **Docências Trans***: da decência à abjeção. 447 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2017.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, v. 33, n. 66, p. 141-155, 2017.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Da escola disciplinar à pedagogia do controle**. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London, MacGibbon & Kee, 1972.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **La ideología de género: sus peligros y alcances**. Lima, Peru, 1998. Disponível em:

<<https://www.aciprensa.com/controversias/genero.htm>> Acesso em 25 mai. 2020.

DELEUZE, Giles. **Sobre Teatro: um manifesto de menos – o esgotado**. 1. ed., Ed. Zahar, 2010. (Coleção Estéticas).

DONATO, Mauro. **Escola sem partido: quem são os gurus e os fiéis da seita**. Diário do Centro do Mundo. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/escola-sem-partido-quem-sao-os-gurus-e-os-fieis-da-seita-por-mauro-donato/>> Acesso em: 28 mai. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. - 8. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. (org.). Poder e Saber. In: **Ditos e Escritos. Volume IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. (org.). Poderes e Estratégias. In: **Ditos e Escritos. Volume IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica – S.A. 1995.

FOUCAULT, Michel. La ‘gouvernementalité’. In: **Dits et écrits. III**, Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III: o cuidado de si**. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Uma estética da existência**. Espaço Michel Foucault – Universidade de Brasília, p. 3-5, 1984. Disponível em: <<http://michelfoucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/estetica.pdf>> Acesso em: 08 jun. 2020.

GUIDOTTI, Flávia Garcia. **Dez mandamentos de Jorge Furtado: cartografias em três platôs**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária - ou: A promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES,

Joanalira Copes. (Org.) **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25 - 52.

LANZ, Letícia. **O Corpo da Roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”** – Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v.7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MOTTIN, Karina Veiga. **A “ideologia de gênero” através das narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2019.

OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. A escrita como o cuidado de si no espaço formativo da universidade: tentando reinventar a existência e a condição docente. Quarto Congresso Nacional e Segundo Internacional de Investigación Educativa, 2007. CIPOLLETTI. **Anais do Quarto Congresso Nacional e Segundo Internacional de Investigación Educativa**, 2007. v. 1. p. 15.

RUBIN, Gayle. Thinking sex. Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (Ed.). **The lesbian and gay studies reader**. New York: Routledge, 1993. p. 03-44.

SCALA, Jorge. **La ideología del género o el género como herramienta de poder**. Rosário: Ediciones Logos Ar, 2010.

Recebido: 11/06/2020.

Aprovado: 12/06/2020.

DOI: 10.3895/cgt.v13n42.12554.

Como citar: SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; MOTTIN, Karina Veiga. Os efeitos de poder produzidos pelo projeto escola sem partido na docência. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 297-312, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Dayana Brunetto Carlin dos Santos

Rua Rockefeller 57. Rebouças. Curitiba, Paraná - Brasil.

Direito autorial: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

